Clipping
10, 11, 12 e 13 /11/2017

Nesta edição:

Mudança no estatuto faz Sindema deixar campanha salarial de 2017 em 2º Plano - Página 2

Oposição apresenta 99 emendas ao Orçamento 2018 – Página 4

PPS e DEM indicam que não vão votar mudanças no estatuto – Página 5

Parque do Paço de Diadema ganha melhorias e plantio de mudas – Página 6

Mesa da Câmara 2017/2018
Marcos Michels (PSB) - Presidente
Salek Aparecido Almeida (DEM) – 1º Vice
Paulo Bezerra (PV) – 2º Vice
Pretinho do Água Santa (DEM) – 1º Secretário
Audair Leonel (PPS) – 2º Secretário
Companheiro Sérgio (PPS) – 3º Secretário

Assessoria de Comunicação
Câmara de Diadema
NOVEMBRO/2017

JORNAL Diário do grande ABC DIA/MÊS 13/nov/17

CADERNO Política PÁGINA 4

Mudança no estatuto faz Sindema deixar campanha salarial de 2017 em 2º plano

Sindicato concentra mobilizações na tentativa de barrar restrição de direitos, mas perde data base

JÚNIOR CARVALHO
juniorcarvalho@dgabc.com.br

Ao concentrar as mobilizações contra mudanças no Estatuto dos Servidores, o Sindema (Sindicato dos Funcionários Públicos de Diadema) deixa para trás a campanha salarial de 2017 e está prestes a fechar o ano com 0% de aumento de salário para o funcionalismo sem nem cogitar entrar em greve por conta do risco de defasagem das remunerações dos colaboradores.

Até o mês passado, o discurso do Sindema era que a negociação com o governo do prefeito Lauro Michels (PV) sobre reajuste salarial ainda não havia se esgotado, embora a data base da categoria seja março e, em setembro, já havia aceitado proposta do Paço em reajustar apenas os valores do vale-alimentação e o subsídio do convênio médico. O inchaço na folha de pagamento, que excedeu o limite da LRF (Lei de Responsabilidade Fiscal), deu argumento para que o governo Lauro não propusesse aumento dos salários.

Desde o dia 10, porém, sob a ameaça de a lei que regulamenta os direitos e deveres dos funcionários públicos de Diadema sofrer mudanças que restringem o acesso a direitos históricos da categoria, o Sindema passou a priorizar a derrubada do projeto, que segue travado por falta de votos. No dia 26, a categoria entrou em estado de greve como forma de pressionar o governo a desistir das medidas. Presidente do Sindema, José Aparecido da Silva, o Neno, alertou que, "se houver cheiro" de que as mudanças no estatuto serão votadas na Câmara, o funcionalismo cruzará os braços automaticamente.

O dirigente sindical garantiu que, independentemente da pauta do estatuto, a campanha salarial segue de pé. "Nossa pauta principal é manter os direitos dos trabalhadores. A (*reposição da*) inflação é direito? É sim, mas estamos negociando ainda. A gente deve sentar com a Prefeitura independentemente da discussão do estatuto", frisou Neno. A categoria chegou a reivindicar 8% de reajuste salarial neste ano, sendo 4,48% correspondente ao índice da inflação.

Em 2011, diante de uma proposta do então prefeito Mário Reali (PT) maior que a ofertada por Lauro neste ano, o Sindema deflagrou aquela que seria a maior greve da história da categoria na cidade. A paralisação durou 23 dias e, internamente, é considerada como uma das responsáveis pelo declínio do projeto de reeleição do governo petista.

Nario Barbosa 26/10/17

NENO. Reajuste ainda é pauta

Enfim, a vitória

Marina Brandão 24/7/16

Ex-prefeito de Diadema, Mário Reali (PT) venceu a eleição para o CAU (Conselho de Arquitetura e Urbanismo) de São Paulo. Ele está entre os 18 representantes da chapa 7 para ficar como conselheiro titular da instituição. O petista voltou a vencer um pleito depois de nove anos – deputado estadual por dois mandatos, Reali foi eleito prefeito em 2008. Em 2012, perdeu a reeleição para Lauro Michels (PV). Em 2014, concorreu a deputado federal e sofreu novo revés. Hoje, Reali trabalha em cargo concursado na prefeitura de São Paulo.

Morde e assopra

O governo de Atila Jacomussi (PSB), em Mauá, monitora de perto o comportamento do vereador Professor Betinho (PSDC). Tido como um dos principais aliados do prefeito na Casa, Betinho tem alternado sessões de críticas à administração e de afagos à gestão. Tem gente dizendo também que o democrata-cristão busca apoio do Paço para uma eventual candidatura no ano que vem.

Portas fechadas

Tem gente no PRB nacional e estadual que trabalha para que o ex-vereador Vaguinho do Conselho, de Diadema, não consiga legenda para sair candidato a deputado federal. Tudo porque o plano da sigla é garantir a vitória dos principais líderes republicanos, entre eles o ministro da Indústria, Marcos Pereira. Vaguinho, nos últimos meses, se aproximou de Lauro Michels (PV) para buscar viabilidade de seu projeto eleitoral.

Audiências públicas

A Câmara de São Caetano vai discutir mudança na Lei Orgânica do Município para tornar obrigatória a realização de audiências públicas nas secretarias de Assistência Social, de Educação, de Cultura e de Esporte, Lazer e Juventude. Atualmente somente as Pastas da Fazenda e de Saúde possuem tal determinação. O projeto de lei deve entrar nas próximas semanas para debate dos vereadores.

JORNAL Diário Regional DIA/MÊS 10/nov/17
CADERNO Política PÁGINA 2

Oposição apresenta 99 emendas ao Orçamento 2018

Pretinho do Água Santa foi o único vereador da base aliada a apresentar emenda à LDO

ALINE MELO
aline@diarioregional.com.br

A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de Diadema para o exercício de 2018, que está na Câmara Municipal aguardando para ser votada, já recebeu 100 emendas, das quais 99 foram apresentadas pela oposição. Deste total, 77 são de autoria do vereador Josemundo Dario Queiroz, o *Josa* (PT), 22 feitas pelo vereador Ronaldo Lacerda (PT) e apenas uma da base governista, sugerida pelo vereador Rivelino Teixeira, o *Pretinho do Água Santa* (DEM). A LDO deve ser votada, de acordo com a lei, até a última sessão do ano. Todas as emendas também precisam ser aprovadas ou rejeitadas em plenário. O prazo para apresentação das propostas encerrou dia 7 deste mês.

Como base de comparação, no ano passado foram apresentadas 60 emendas, sendo que a grande maioria do prefeito Lauro Michels (PV). Para este ano a expectativa é que não seja diferente. "É um levantamento de várias demandas e algumas delas inclusive vêm se estendendo há anos. Vamos insistir no orçamento deste ano. Primeiro vamos tentar convencer os vereadores a votar a favor das emendas. Segundo, se houver veto, vamos tentar convencer novamente os vereadores, ou a maioria deles, a derrubar o veto", afirmou Josa.

Segundo o parlamentar, as emendas procuram dialogar com situações já conhecidas de problemas estruturais existentes na cidade. "Buscamos a melhoria de serviços na área de educação, saúde, habitação e programas sociais. Procuramos também por meio dessas emendas melhorar os serviços de zeladoria e manutenção, além de garantir que custeios estratégicos sejam mantidos", destacou. "Detectamos também que o orçamento é uma ilusão, não condiz com a realidade e também procuramos adequar isso. As emendas são um expediente que nós, vereadores, deveríamos utilizar com mais frequência, inclusive os que fazem parte da base", concluiu.

> "Nossa expectativa é que o prefeito vá vetar, mas é o momento de a gente trazer as promessas que o governo fez durante a campanha dentro da comunidade, como a da Avenida Fundibem

Habitação

Lacerda afirmou que as sugestões apresentadas se concentram nas áreas de habitação e infraestrutura urbana. "Nossa expectativa é que o prefeito vá vetar, mas é o momento de a gente trazer as promessas que o governo fez durante a campanha, dentro da comunidade, como a da Avenida Fundibem", pontuou. "É também para suscitar um pouco esse debate de como a cidade está sendo esquecida pelo prefeito, principalmente na periferia. Obras não estão sendo executadas nesses cinco anos de governo, lamentavelmente", disse.

Líder de governo, o vereador Celio Lucas de Almeida, o *Celio Boi* (PSB), negou que tenha havido alguma orientação para que a base não apresentasse emendas. "Não teve nada disso. Não devem ter apresentado porque entendem que como o governo coloca o uso do recurso já está bom", afirmou. "Particularmente, não apresento mais emendas porque nenhum governo executa e acaba vetando todas", completou. O orçamento de 2018 está estimado em R$ 1,19 bilhão.

JORNAL Diário Regional DIA/MÊS 11 e 12/11/12
CADERNO Política PÁGINA 2

PPS e DEM indicam que não vão votar mudanças no estatuto

Administração alega dificuldade financeira e valorização do bom servidor para propor as alterações

ALINE MELO
aline@diarioregional.com.br

Após cobrar fidelidade da base aliada, em matéria publicada recentemente pelo Diário Regional, o prefeito de Diadema, Lauro Michels (PV), vai ter de intensificar o diálogo com os partidos se quiser aprovar mudanças no estatuto dos servidores. A administração alega dificuldade financeira e valorização do bom servidor para propor as alterações, que têm sido rejeitadas pelo Sindicato dos Funcionários Públicos (Sindema).

A dificuldade maior tem sido com os parlamentares do PPS e do DEM, cujo bloco reúne cinco vereadores na Casa. Líder do PPS, o vereador Sérgio Ramos da Silva, o *Companheiro Sérgio*, afirmou que "independentemente do que o prefeito falar, o governo tem a base, mas a base tem de votar em projetos que favorecem a população". "Se o projeto não favorece a população, não vamos votar", pontuou. O parlamentar destacou que não há concordância em algumas alterações propostas. "Se começar tudo do zero, com diálogo entre a prefeitura e os funcionários públicos, aí a gente pode chegar a um acordo", disse.

Líder do PV, o partido do prefeito, o vereador José Hudsomar Jardim, o *Zé do Bloco*, lamentou que a ideia de propor mudanças do governo tenha vazado para a imprensa antes que o diálogo fosse estabelecido com os vereadores e os servidores. "Foi feita apenas uma apresentação para a base. Vazou dali, infelizmente, e se não tivesse vazado, ia para os secretários, funcionários, sindicatos, ia abrir a discussão. Atropelou e virou esse imbróglio", ponderou. "A gente sabe que tem que fazer alguma coisa, até em função de garantir os salários e o 13º daqui pra frente. Tem a queda na arrecadação e é preciso se garantir para o futuro, mexendo no que for possível", pontuou.

Líder do DEM, o vereador Rivelino Teixeira de Almeida, o Pretinho do Água Santa, afirmou que o partido também é contra as alterações que estão sendo propostas. "O DEM também não faz questão de votar junto com o prefeito. Não somos favoráveis a isso e não vamos perder nada, já que também não ganhamos nada até agora", declarou. "Estamos aqui para atender à população", pontuou.

Entre as mudanças que já foram apresentadas, cerca de 60, destaca-se o aumento do prazo de 20 para 25 anos de serviços para que os servidores tenham direito à quarta parte, acréscimo de 25% nos rendimentos; e aumento de dois para três anos de trabalho para um aumento de 3% no salário, com um teto de 30% de acréscimo.

> "Foi feita apenas uma apresentação para a base. Vazou dali, infelizmente, e se não tivesse vazado, ia para os secretários, funcionários, sindicatos, ia abrir a discussão

JORNAL Diário Regional DIA/MÊS 11 e 12/Maio/17

CADERNO Minha Cidade PÁGINA 7

Parque do Paço de Diadema ganha melhorias e plantio de mudas

DIADEMA - Para atender melhor os frequentadores do Parque do Paço, a Prefeitura de Diadema entrega hoje (11), às 9 horas, as melhorias de revitalização do local. Simultaneamente à entrega das obras será realizado o plantio de 27 mudas de árvores nativas. Com área de 33.500 m², o parque é o maior e mais frequentado espaço público de lazer da cidade.

As melhorias já começam a ser notadas na entrada principal do Parque do Paço, cujo pórtico de madeira recebeu pintura nova. Visando melhorar a vigilância e segurança do local, a iluminação foi priorizada nesse pacote de intervenções. Além de garantir boa luminosidade interna, a revitalização proporcionou mais luminárias na via que dá acesso ao parque.

A obra melhorou e recuperou os espaços esportivos, como quadras, pista de skate, academia ao ar livre e pista de caminhada. Esses equipamentos ganharam alambrados de segurança, além de pintura e reforma geral.

Todos os sanitários do Parque do Paço foram recuperados. Tiveram as estruturas hidráulica e elétrica reformadas, inclusive com colocação de portas e pintura novas. Durante a reforma, as equipes da prefeitura demoliram a guarita da portaria dois, na avenida Sete de Setembro, uma vez que já não era mais usada.

Responsável pela administração do Parque do Paço, a Secretaria de Meio Ambiente executou a roçada, varrição, poda e limpeza geral do lago. "Peço aos frequentadores que zelem e nos ajudem a fiscalizar para que esses benefícios sejam preservados", disse a secretária municipal de Meio Ambiente, Tatiana Capel.

Serviço - Parque do Paço, aberto das 6h às 21 horas. Portaria principal: avenida Antônio Piranga, 1380 – Centro (veículos e pedestres); Portaria 2: Avenida Sete de Setembro s/nº (só pedestres). (Reportagem Local)

Gabriella Camilo/PMD

Obra recuperou os espaços, como a pista de caminhada

Política

Bancada regional fica longe de refletir potencial eleitoral do Grande ABC

Fábio Martins
Do Diário do Grande ABC

Apesar do potencial eleitoral, os últimos pleitos a deputado indicaram que a força política do Grande ABC não tem se refletido nas urnas. Mesmo diante de um total de 2,068 milhões de eleitores, as sete cidades têm hoje, sem movimentos organizados, representatividade aquém de períodos passados e de outras localidades.

Atualmente, contabiliza seis deputados – apenas dois deles em Brasília – , embora nove candidatos tenham sido eleitos em 2014 (Vanessa Damo foi cassada, enquanto Orlando Morando, PSDB, e Atila Jacomussi, PSB, se elegeram prefeitos de São Bernardo e Mauá, respectivamente). Contudo, nem sempre o cenário foi esse. A região chegou a eleger 13 parlamentares em 1994, sendo cinco para Câmara Federal.

Na ocasião, há 23 anos, a região saltou de nove para 13 representantes – recorde até os dias atuais – justamente a partir de movimento criado em julho daquele ano: como interlocutor da sociedade civil, o Fórum pela Cidadania foi fundado, tendo como proposta inicial promover ideia da valorização política do Grande ABC. A atuação se deu após estudo apontar que 80% dos votos das sete cidades iam para candidatos de fora. Frente a essa constatação, surgiu o slogan Vote no Grande ABC, lançado pelo Diário. As entidades envolvidas promoveram série de debates, manifestações em vias públicas, formularam propostas setoriais, entre outras iniciativas.

O Fórum estava formado, na oportunidade, por cerca de 120 entidades regionais, entre sindicatos, associações comerciais e de bairro. Para a eleição seguinte, de 1998, houve movimento denominado Jornada Cívica, que criou a campanha Vote com Qualidade no Grande ABC. Entre as ações, uma passeata que reuniu 1.500 pessoas no Paço de Santo André, aderida em peso pela classe política. No pleito em questão, foram nove eleitos, sendo três federais. Então coordenador político do Fórum, Filipe dos Anjos relembra o que chamou de "atuação grandiosa". "O trabalho iniciou-se para que pudéssemos colocar a região como ela deveria ser, representada diante do quilate econômico, político e social."

A região de Campinas, por exemplo, tem 2,185 milhões de eleitores aptos a votar, índice parecido ao do Grande ABC. Em 2014, no entanto,

elegeu 12 parlamentares – desses, seis são federais. O Alto Tietê, por sua vez, conta com 1,118 milhão de votantes, quase a metade da quantidade local, e conseguiu eleger oito deputados, sendo quatro assentos no Legislativo de Brasília. As regiões da Baixada Santista e do Vale do Ribeira com a presença conjunta de 1,332 milhão de votantes fecharam bancada de quatro parlamentares federais e três estaduais.

Filipe pontua que existia participação de todos os segmentos da sociedade, levantando as bandeiras do Grande ABC. "Era trabalho de rua, com cobrança em todas as instâncias. Hoje teria necessidade de retomar essa atuação iniciada, que por vários motivos ficou descaracterizada". A última empreitada com força do Fórum aconteceu na eleição de 2002, quando contou até com peça publicitária. A região fez 12 deputados, sendo três ao Congresso.

Pré-candidatos a deputado em Santo André iniciaram busca para resgatar ideia parecida, visando reativar proposta de evitar votos em forasteiros. Hoje, a cidade contabiliza somente um representante, o deputado estadual Luiz Turco (PT). Os outros cinco parlamentares da região são ligados a São Bernardo.

Setecidades

Estudantes têm nível insuficiente de leitura

Avaliação Nacional de Alfabetização mostra dificuldade na formação de crianças do Grande ABC

Diário do Grande ABC

13/11/2017 | 07:00

Quase metade dos alunos do 3º ano do Ensino Fundamental da rede pública do Grande ABC tem níveis de leitura e matemática considerados insuficientes, ou seja, apresentam dificuldades em interpretar textos simples ou até mesmo em fazer contas de soma. É o que aponta resultados da ANA (Avaliação Nacional da Alfabetização), divulgados no mês passado pelo MEC (Ministério da Educação).

No relatório da prova aplicada no fim do ano passado para 16,2 mil alunos da região, espalhados em 163 instituições de ensino, seis municípios avaliados – com exceção de Rio Grande da Serra – apresentam estagnação na alfabetização de estudantes da rede pública (confira arte abaixo).

A situação mais preocupante encontra-se na rede de ensino de Mauá. A maioria das crianças com idade entre 8 e 9 anos não supera o nível 2 em escala que vai até 4 e mede a proficiência em leitura (58,66% dos casos mauaenses) e Matemática (57,15%).

Segundo os critérios do MEC, significa dizer que esses estudantes são só capazes de ler textos pequenos e, em alguns casos, não conseguem entender sobre o que se trata. No caso da Matemática, os alunos só solucionariam contas de subtração com números até 20.

O cenário nos demais municípios também não anima. Quando é analisada a proficiência em leitura, mais de um terço dos estudantes de Santo André, São Bernardo e Diadema tem grau defasado. O cenário se repete na avaliação de Matemática, na qual os três municípios registram índice superior a 30% dos alunos nos níveis insuficientes.

"Os indicadores são assustadores. Nesta faixa etária, o ciclo da alfabetização já deveria ter sido encerrado. No entanto, os resultados apontam o contrário. E o pior: a probabilidade de esse aluno chegar ao 5º ano sem compreender um texto grande e demais matérias lecionadas a partir dessa fase é enorme", avalia a pesquisadora e especialista em Educação da Universidade Presbiteriana Mackenzie Claudia Coelho Hardagh.

Para o professor do curso de Pedagogia da USCS (Universidade Municipal de São Caetano) e coordenador do Observatório da Educação do Grande ABC, Paulo Sérgio Garcia, o resultado pode ser atribuído a questões socioeconômicas. Mas ele sinaliza também para outros problemas diretamente relacionados às instituições de ensino e ao projeto acadêmico. "Falta infraestrutura nas escolas. Além disso, a gente tem ausência de formação para professores alfabetizadores, com capacitação desses profissionais", exemplifica o especialista, ao pedir políticas públicas com continuidade efetiva no sistema de Educação. "Em qualquer outro país onde o governo tivesse esse resultado pífio numa avaliação como essa, com certeza os governantes já teriam sido retirados do poder."

Para pais e mães de crianças que vivem o problema da deficiência do ensino, a mudança do sistema é o passo inicial para que esse cenário se reverta. "Desde que separei do meu marido, minha filha tem encontrado dificuldade na escola. Isso em questão de leitura e escrita. Mas vejo que falta incentivo da escola também, um apoio de projeto pedagógico para que ela consiga se desenvolver", relata Cecília (nome fictício), mãe de uma menina de 8 anos que estuda na rede pública de Diadema e apresenta proficiência baixa nos itens avaliados pela ANA.

Segundo a Prefeitura de Mauá, para reverter os indicadores negativos, o município está investindo em programas de formação para professores e educadores. Demais municípios e o governo do Estado não especificaram ações para reverter este cenário.

MEC prevê mudanças para reverter estagnação

Com o objetivo de combater a estagnação dos baixos índices registrados pela ANA (Avaliação Nacional de Alfabetização), o MEC (Ministério da Educação) lançou, no mês passado, a Política Nacional de Alfabetização. Trata-se de conjunto de iniciativas que envolvem a Base Nacional Comum Curricular, a formação de professores, o protagonismo das redes e o Programa Nacional do Livro Didático.

"A principal iniciativa da Política Nacional de Alfabetização é um programa de apoio aos Estados e municípios, às turmas do primeiro e segundo anos, com materiais didáticos de apoio, de acordo com a escolha dos Estados e municípios, com apoio para o professor assistente e formação continuada", explicou a ministra substituta do MEC, Maria Helena Guimarães.

Segundo ela, a medida se mostra necessária ao avaliar que as políticas desenvolvidas até o momento não produziram resultados efetivos. "A mesma situação de insuficiência dos resultados observados em 2014 são repetidos em 2016."